



AUTÓGRAFO

**PROJETO DE LEI Nº 012, de 19 de junho de 2020.**



*"Dispõe sobre medidas de incentivo à inovação tecnológica, à pesquisa científica e tecnológica, ao desenvolvimento tecnológico em ambiente produtivo, no Município de Engenheiro Paulo de Frontin, e dá outras providências correlatas."*

**Autor:** José Roberto Queiroz de Sousa.

A Câmara Municipal de Engº. Paulo de Frontin, por seus representantes legais, com fulcro no Art. 14, XIII da Lei Orgânica Municipal e Art. 46 do Regimento Interno Cameral, **APROVA** e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte

**LEI MUNICIPAL:**

**Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica, bem como à inovação no Município de Engenheiro Paulo de Frontin, Estado do Rio de Janeiro.

**Art. 2º** Prevê a ampliação, o fortalecimento e o investimento na base técnico- científica do Município, estimulando as entidades de ensino e pesquisa, assim como empresas de prestação de serviços técnico especializado que possuam serviços de alto conteúdo tecnológico.

**Parágrafo único** – Para tal deverá estimular a implementação de atividades econômicas que tenham base tecnológica, com vista a geração de empregos erenda no Município;

**Art. 3º** Para os efeitos desta Lei considera-se:

- I** – Inovação: ação de modificar ou aperfeiçoar costumes, processos ou serviços já existentes, com a finalidade de agregar novas funcionalidades ou melhorias;
- II** – Tecnologia: é a aplicação intencional de determinados conhecimentos visando à resolução de um problema, melhoria no desempenho de processos e serviços. Considerando além dos conhecimentos científicos, o notório saber e os conhecimentos culturais dos povos tradicionais;
- III** – Instituição Científica e/ou Tecnológica: entidade ou órgão público, ou privado, sem fins lucrativos, constituídos dentro das bases legais brasileiras. Este ente deverá ter como missão institucional a pesquisa, quer seja básica ou aplicada, e/ou o ensino técnico, superior ou profissionalizante;



**IV** – Incubadora de empresas: é o espaço destinado ao apoio, criação, incentivo e desenvolvimento de empresas inovadoras, com base em tecnologia, através da oferta de infraestrutura básica, que pode ser compartilhada por empresas e instituições de ensino visando facilitar os processos de inovação tecnológica e a melhoria da competitividade;

**V** – Empreendedor: pessoa física, micro, pequena e média empresas que por iniciativa própria ou estimulada investe na produção, capacitação, manufatura de produtos ou serviços com base tecnológica.

**VI** – Processo de inovação tecnológica: é o conjunto de atividades necessárias para passar de uma ideia ou invenção para um processo, produto ou serviço com características diferenciadas e inovadoras.

**Art. 4º** Deverá ser constituído o Conselho Municipal de Inovação Tecnológica. Que deverá ser formado por representantes do Executivo Municipal, do legislativo, do empresariado e da sociedade civil.

**§1º** Este conselho terá como função avaliar as propostas apresentadas pela iniciativa privada, por instituições de ensino e por entes políticos, para participar dos incentivos oferecidos por esta Lei;

**§2º** É função do Conselho Municipal de Inovação fiscalizar o cumprimento das contrapartidas das instituições que receberem os incentivos desta Lei;

**§3º** Os cargos de direção ou de membro do Conselho Municipal de Inovação Tecnológica não serão remunerados, pois são considerados prestação de serviço público relevante.

**Art. 5º** O Município incentivará a pesquisa e o desenvolvimento de produtos, serviços e processos inovadores em empresas, instituições de ensino e incubadoras de empresas, mediante a concessão de recursos financeiros, humanos, materiais ou de infraestrutura, desde que tenham caráter inovador, base tecnológica e atenda as perspectivas das políticas de desenvolvimento econômico e de inovação do município.

Parágrafo único – São instrumentos de estímulo à inovação nas empresas, instituições de ensino e incubadoras de empresas, quando atendidos os requisitos legais:

**I** – Incentivos fiscais;

**II** – Financiamento;

**III** – Participação societária;

**IV** – Encomenda tecnológica;

**V** – Concessão de bolsas;

**VI** – Uso do poder de compra do Município;

**VII** – Fundos de participação;

**VIII** – Investimento em contratos de concessão de serviços públicos.

**Art. 6º** Deverá ser constituído o Fundo Municipal de Inovação Tecnológica. Que será gerenciado pelo Conselho Municipal de Inovação Tecnológica.



Estado do Rio de Janeiro

Câmara Municipal de Engenheiro Paulo de Frontin

Plenário Jauldo Gomes Balthazar

**§1º** O fundo poderá receber aporte de qual quer entidade ou pessoa física, respeitando as bases legais;

**§2º** As empresas doadoras poderão abrir editais específicos para incubadoras e voltadas para a inovação no município:

**§3º** O Fundo Municipal de Inovação Tecnológica estará vinculado às Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico, Controle interno e Administração Geral.

**§4º** O Fundo Municipal de Inovação Tecnológica é um fundo especial dotado de autonomia administrativa e financeira, com escrituração contábil própria, de acordo com a legislação pertinente, tendo como objetivo efetivar apoio financeiro para projetos de interesse da municipalidade com características de inovação tecnológica, conforme descrito nos artigos 71, 72, 73 e 74 da Lei Federal nº 4.320 de 1964.

**Art. 7º** Deverá ser elaborado o Plano Municipal de Inovação Tecnológica. Que terá como base a geração de empregos e renda para o Município, o incentivo a pesquisa, a inovação tecnológica, a incubação de empresas, ao fortalecimento das micro, pequenas e médias empresas com base tecnológica, bem como as de suporte. o Plano Municipal de Inovação Tecnológica deverá levar em conta o impacto ambiental e sua mitigação.

**Art. 8º** O Município, com base em suas disponibilidades, poderá realizar investimentos diretos e indiretos em estruturas de suporte aos mecanismos de promoção da inovação tecnológica.

**Art. 9º** O Município poderá ceder por prazo determinado, sob condições que serão estabelecidas no Plano Municipal de Inovação Tecnológica, a cessão de uso, de imóveis de sua propriedade, para instituições devidamente qualificadas, com base em critérios definidos pelo Conselho Municipal de Inovação Tecnológica.

**Art. 10** Para receber os incentivos descritos nesta lei a entidade ou pessoa física interessada deverá apresentar o seu plano de ação, para aprovação pelo Conselho Municipal de Inovação Tecnológica.

**§ 1º** Os incentivos serão para planos, projetos, programas, pesquisa, capacitações, eventos e outras atividades que busquem a Inovação Tecnológica;

**§ 2º** Poderão ser proponentes pessoas físicas ou jurídicas, instituições privadas ou públicas;

**§ 3º** Os recursos do Fundo Municipal de Inovação Tecnológica poderão atender as solicitações através de edital de chamada pública, poderá atender através de fluxo contínuo e além disso, atender demanda através de regulamento de eventual financiador que venha aportar recursos.

**Art. 11** As receitas do Fundo Municipal de Inovação Tecnológica serão oriundas:

**I** – De transferências financeiras realizadas pelos Governos Federal e Estadual diretamente



Estado do Rio de Janeiro  
Câmara Municipal de Engenheiro Paulo de Frontin  
Plenário Jauldo Gomes Balthazar

ao Fundo;

**II** – De dotações orçamentárias oriundas da Administração Municipal;

**III** – Dos recursos financeiros originados em convênios e contratos celebrados com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado nacional ou estrangeiro;

**IV** – De devoluções eventuais de recursos e/ou multas decorrentes de projetos beneficiados pelo fundo, que não hajam sido iniciados, dos que foram interrompidos, ou de saldo de projetos concluídos;

**V** – Dos rendimentos provenientes de aplicações financeiras, respeitando a legislação vigente;

**VI** – De doações, contribuições em espécie, valores, bens móveis e imóveis recebidos de pessoas físicas ou jurídicas;

**VII** – Dos recursos financeiros decorrentes da alienação de materiais, bens ou equipamentos de propriedade do Fundo, considerados inservíveis;

**VIII** – De receitas de atividades, campanhas ou promoções realizadas com a finalidade de angariar recursos para o Fundo; e

**IX** – De outros recursos financeiros lícitos, de qualquer natureza, que lhe forem transferidos.

**Art. 12** As receitas do Fundo Municipal de Inovação Tecnológica serão depositadas em conta especial, em instituição financeira, que será aberta para este fim.

**Art. 13** Ao final de cada exercício anual será realizado balanço financeiro, os saldos financeiros do Fundo serão automaticamente transferidos para o exercício seguinte.

**Art. 14** O Fundo poderá financiar até cem por cento do valor pleiteado de cada projeto aprovado.

**Art. 15** A gestão administrativa e financeira do Fundo Municipal de Inovação Tecnológica será de responsabilidade da Secretaria de desenvolvimento econômico do município.

Engenheiro Paulo de Frontin, RJ, 19 de junho de 2020.

**José Roberto Queiroz de Sousa**  
Autor



## JUSTIFICATIVA

Considerando A Lei Federal nº 11.196/2005 chamada de “**Lei do bem**”.

Considerando que cabe ao município definir, em legislação própria, regras específicas para o cumprimento das determinações previstas na Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Considerando a Lei Federal n.º 10.973, de 2 de dezembro de 2004, modificada pela Lei nº 13.243, de janeiro de 2016.

Observando-se a crescente necessidade por novas tecnologias no dia-a-dia da população, e com base em preceitos e princípios presentes na constituição federal, compreende-se a necessidade e o dever deste município para criação de lei de incentivo fiscal e investimento em pessoas física e jurídicas que, visem a criação e desenvolvimento de novas tecnologias. O presente projeto tem como objetivo incentivar o desenvolvimento tecnológico do município, bem como, dar suporte a novos empreendedores, incentivar pesquisas e projetos educacionais de inclusão social e desenvolver a economia local.

Engenheiro Paulo de Frontin, RJ, 19 de junho de 2020.

**José Roberto Queiroz de Sousa**  
Autor